

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Zé Reinaldo
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resoluções de Afastamentos nº 427 a 430/2014	02
Atos Legislativos	Ata da 2315ª Sessão Ordinária - Íntegra	02
	Ata da Comissão Especial Externa - Resolução nº 022/14 - Eleição para Presidente, Vice-Presidente e Relator.	10

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS

RESOLUÇÃO Nº 431/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **SERGIO BARBOSA DA COSTA, Matrícula 012662, e TRISSIA VANESSA DE LIMA VIANA, Matrícula 009017** para viajarem com destino a cidade de Porto Velho-RO, no período de 04.07 a 13.07.2014, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2014
Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 432/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **APARECIDO JURANDIR EGIDIO SANCHES, Matrícula 009808** para viajar com destino a cidade de Rio Branco-AC, no período de 04.07 a 13.07.2014, com a finalidade de participar de treinamento técnico legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 04 de julho de 2014
Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2315ª SESSÃO, EM 03 DE JUNHO DE 2014.
47º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.
 = ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA

(Em exercício).

Às nove horas do dia três de junho de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima trecentésima décima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - Senhor Presidente, há quórum regimental para o início da Sessão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Naldo da Loteira**) - (Lida a Ata).

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** - Pede Questão de Ordem - Ouvindo atentamente a leitura da Ata, lida pelo Deputado Remídio, quero fazer um registro e pedir providências.

Com relação às faltas determinadas pelo Secretário Jalser, elas não existiram pelo simples fato, pois quem presidiu a Sessão naquele dia, foi a Deputada Aurelina Vice-presidente desta Casa e encerrou a Sessão. A Sessão reaberta depois é completamente irregular e contrário a qualquer item do regimento. Portanto, que se acione a Consultoria Jurídica desta Casa para saber de como fica essa situação, não entender aquela segunda Sessão, é absolutamente irregular.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Acatando a questão de ordem de Vossa Excelência, a Mesa determina que a assessoria faça a correção.

O Senhor Deputado **George Melo** - Pede questão de ordem - Senhor Presidente, eu gostaria que fosse consultado o Regimento Interno desta Casa. Em nenhum momento o Presidente Deputado Chagas infringiu o Regimento desta Casa. Então, eu acho que não é a Deputada Aurelina e nem o Deputado Jalser, a questão é o Regimento Interno, se infringiu o Regimento Interno, tudo bem. Se não infringiu, eu gostaria que fosse consultado o apoio legislativo para que a gente possa tomar decisões aqui, porque senão, a partir de hoje vamos começar tomar decisões no achismo. Aí no achismo fica a vontade do Doutor Erci...

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Atendendo a questão de ordem de Vossa Excelência, peço à assessoria da Consultoria Legislativa e à Consultoria Jurídica, providências.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** - Pede questão de Ordem - Eu estava conversando com o Deputado Dhiego, e vejo o equilíbrio de Vossa Excelência quando senta nessa cadeira, desprovido de todo e qualquer tipo de vaidade. Eu acho que é o que mais o qualifica para quando está dirigindo as Sessões com toda sua boa paciência e com seu conhecimento.

Deputado Erci, eu quero me associar ao mesmo sentimento, até porque me passou despercebido em função da conversa que eu estava tendo com Dhiego. Mas já naquele momento Deputado Brito, eu pedi que o Doutor Helder que é o consultor jurídico geral desta Casa, viesse aqui. Ele de imediato disse que nenhum ato, após o encerramento da sessão feita pela Presidenta da Mesa naquele momento, teria validade, caso contrário esta Casa estaria demonstrando claramente a sua incompetência de gestão ou de qualquer ato que pudesse ser feito com autonomia e autoridade de uma Presidenta. Isso já ocorreu no Congresso Nacional e aqui. Já aconteceu caso de haver Projeto de Lei em votação e a pessoa tirá-lo. Então, por que dois pesos e duas medidas? Temos que entender que esta Casa tem que dar uma demonstração de responsabilidade, que é a nossa obrigação e acabar com esse negócio de querer fazer as coisas, a toque de caixa querendo agradar as pessoas que no futuro terão prejuízo maior do que eles estão pensando no presente. Era isso que gostaria de deixar claro para a presidência.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Gente, ficamos muito felizes e agradecidos com a presença de cada um de vocês aqui, mas temos um Regimento Interno que eu faço cumprir. Peço a colaboração e compreensão de vocês para que nós possamos tocar a sessão. Não vou permitir que vocês atrapalhem o andamento da sessão. Muito obrigado.

Atendendo a questão de ordem de Vossa Excelência, estou determinado à assessoria jurídica, em relação ao relato das duas atas, que tome a decisão imediata.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Pede questão de Ordem – Senhor Presidente, o Deputado Remídio Monai disse há alguns dias na imprensa que Deputado faltoso deveria levar falta. Eu sou um dos Deputados que mais tem frequência e gostaria até, se Vossa Excelência quiser, pode pegar a minha frequência, eu não tenho medo, porque estou sempre aqui, defendendo o povo. E aí, nós estamos vendo no painel 14 Deputados. Então a grande maioria dos Deputados não está presente na Sessão. Eu não sei se é porque não querem votar na PEC 004, ou se querem se esconder. Outra coisa, a oposição, através da imprensa, um dia desses, disse que a base governista....

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Deputado Jânio, se atenha à questão de ordem.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua – Vou concluir. A base do governo estava negociando essa PEC para se dar bem, e o que eu vejo é que a oposição tem quatro Deputados e só tem dois agora no plenário.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Vários Deputados que estão de Resolução, Deputado Jânio Xingú.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, infelizmente é triste, podemos até dizer vergonhoso o comportamento desta Casa na sessão anterior. Aquilo não acontece nem em reunião de escoteiro mirim. Não estou aqui descaracterizando o escoteiro mirim, mas pela falta de experiência que os jovens comentem as gafes, dessas que foram cometidas na última sessão. E não foi a oposição, como está dizendo o Deputado Xingú. Quem causou problema foi a base governista, a oposição tem muita clareza com relação à PEC, conforme manifestamos publicamente aqui na tribuna.

Com relação aos Deputados de oposição, está aqui o Deputado Brito e eu, e, o Deputado Gabriel está chegando. O Deputado Flamarion está com problema de saúde na família, inclusive viajou na madrugada às pressas para o Ceará. Então, não será por causa da oposição que essa PEC vai deixar de ser votada. A oposição sempre esteve presente, e tem Deputado Xingú, posicionamento claro. Gostaria de saber da Mesa Diretora o que está valendo se é o encerramento da Sessão quando a Deputada Aurelina estava presidindo, ou se a sessão continua quando o Deputado Chagas reabriu e deu continuidade aos trabalhos, porque logo em seguida foi aprovado inclusive um requerimento. Portanto, se só valeu a sessão até quando a Deputada Aurelina estava presidindo, aquele requerimento não tem amparo legal para transformar a PEC em regime de urgência, como foi aprovado.

Então fica aí o questionamento para Mesa Diretora se posicionar.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Vou decidir a questão de ordem de Vossa Excelência daqui a pouco.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura das outras atas.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão as Atas das sessões anteriores, não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-las, coloco-as em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovadas as Atas das Sessões anteriores.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – O expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Ofício nº 004/14, de 03/06/14, da Comissão Especial Externa, Criada Através da Resolução nº 007/14, comunicando que a Mensagem Governamental nº 001/14 foi retirada de tramitação.

Indicação s/nº /14, de 03/06/14, do Deputado Gabriel Picanço, solicitando a recuperação da cabeceira da ponte sobre o rio Surumu – no município de Pacaraima.

Indicação s/nº /14, de 03/06/14, do Deputado Gabriel Picanço, solicitando a reforma da escola estadual Bartolomeu Bueno na comunidade do Perdiz – no município de Pacaraima.

Memo nº 021/14, de 04/06/14, do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 04 de junho do corrente ano.

Memo nº 009/14, de 04/06/14, do Deputado Jean Frank, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 04 e 05 de junho do corrente ano.

Memo nº 020/14, de 04/06/14, do Deputado Rodrigo Jucá,

justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 27 e 28 de maio do corrente ano.

Memo nº 021/14, de 04/06/14, do Deputado Ângela Águida Portella, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 04 de junho do corrente ano.

Memo nº 012/14, de 04/06/14, do Deputado Marcelo Cabral, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 04 e 05 de junho do corrente ano.

Memo nº 009/14, de 04/06/14, do Deputado Remídio Monai, justificando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 04 e 05 de junho do corrente ano.

EXTERNOS:

Ofício nº 091/14, de 03/06/14, da Escola Estadual Indígena Ko'Ko Isabel Macuxi, comunicando paralisação das aulas nos dias 04, 05 e 06/06/14.

Ofício nº 088/14 – Gab/PGJ, de 03/06/14, do Ministério Público de Roraima, encaminhando alterações dos anexos da Lei Complementar nº 150, de novembro de 2009. SESAU/Gab/Ofício nº 1611/14, de 02/06/14, da Secretaria de Estado da Saúde, solicitando cópia da ata da sessão legislativa do dia 27/05/14.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 045/14, de Veto parcial ao Projeto de Lei nº 017/14, que “Institui a Semana de Promoção e Prevenção em Saúde do Trabalhador e o Dia Estadual em Memória às Vítimas de Acidentes e Agravos Relacionados ao Trabalho”, de autoria do Deputado Erci de Moraes.

Mensagem Governamental nº 046/14, indicando o nome do Senhor Carlos Vinicius Raposo Machado Costa, para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Informo os nomes dos Senhores Deputados que se encontram de resolução, Excelentíssimos Deputados: Gabriel Picanço, Mecias de Jesus, Chico Guerra e Ionilson Sampaio que se encontram viajando para fora do Estado.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** - Pede questão de Ordem – Senhor Presidente, peço a Vossa Excelência para noticiar a ausência do Deputado Rodrigo Jucá que também está cumprindo missão em Brasília pela Assembleia. Só falta chegar sua documentação. Que se registre essa ausência também.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – Procede à chamada.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Senhor Presidente, eu retiro a minha inscrição em virtude ter matéria para a Ordem do Dia.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Senhor Presidente, Chicão da Silveira, ora presidindo esta nobre Sessão, Senhores Deputados, imprensa, povo aqui presente, funcionários da Casa. Senhor Presidente eu acabei de saber por Vossa Excelência que a PEC 004 está na pauta para ser votada hoje.

Veja bem, Senhor Presidente, é impressionante quando é para votar coisas que beneficiam os menos favorecidos se torna algo muito difícil. É a Procuradoria do Estado, que quer intervir na Assembleia Legislativa, através do Procurador Braga, que foi no Jornal A Folha falar mal dos Deputados. E eu admiro o Braga, mas quando eles vieram para cá pedir salário acima de 20 mil reais, eles não falaram mal dos Deputados. Quando eles vieram para cá pedir para advogar, mesmo sendo funcionário do Estado para concorrer com um jovem que passa seis anos no banco de uma faculdade, rala, estuda, passa na ordem, aí vem o procurador, funcionário do Estado, que vai concorrer com aquele jovem com todas as informações privilegiadas. Isso não é ilegal, não é imoral! Agora, quando é para ajudar as pessoas é ilegal. É imoral, não pode. Claro que pode! Eu quero mandar um recado para o Braga. O meu mandato não depende de você. Eu não vou afrouxar! Eu estive ontem com o Governador e o Deputado Zé Reinaldo, líder do Governo. Eu quero fazer uma defesa ao Governador Chico Rodrigues. Ele não me pediu, em momento algum, para eu retirar a PEC 004. Não é um procurador, que acha que nós vamos botar a cabeça debaixo da mesa e correr. Ele está por fora! Nós vamos até o final com essa questão.

Eu quero retirar o que eu falei na Sessão da semana passada, que Vossa Excelência era contra a PEC. Eu quero retirar, porque o homem tem que ter a grandeza de voltar atrás, quando é importante voltar. Vossa Excelência não é contra e vai nos ajudar. Da mesma forma, com a Deputada Aurelina, que já tem aqui vários mandatos. O povo de Roraima reconheceu o seu talento, Deputada Aurelina, por várias

vezes. O seu talento tem sido reconhecido de quatro em quatro anos. E, certamente, será reconhecido agora nesta eleição. Eu tenho certeza que Vossa Excelência vai votar com a gente. Não será diferente com nenhum dos Deputados que aqui estão, porque todos têm compromisso com o povo de Roraima. Nós não podemos agora, porque um ou outro não quer, porque um ou outro, acha que está errado. E a gente vai matar o sonho de tanta gente. Eu jamais farei isso, porque eu não posso negar as minhas origens. Dez anos para essa discussão vir para cá. Deus me colocou aqui, através das pessoas, eu tive a coragem de abrir essa discussão.

Quero pedir a todos os meus colegas que ouçam essas pessoas aí, olhem para trás, vejam quem está aí é o povo. E nós somos eleitos pelo povo. Não vamos matar o sonho dessas pessoas. Deputado Zé Reinaldo, Vossa Excelência não quer isso porque assim como eu, Vossa Excelência teve uma vida muito simples. E Deus lhe deu a oportunidade para, através do povo de Roraima, vencer na vida. Vossa Excelência teve a oportunidade de estudar e teve a oportunidade dada pelo povo de estar aqui, de paletó, representando este povo. Nós não podemos fazer isso. A covardia é surda, só ouve o que lhe convém. Nós não somos covardes. Jamais estes Deputados aqui irão trair o povo de Roraima, pois são homens e mulheres de bem.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Eu quero agradecer a Vossa Excelência pela deferência e pela explicação que faz a quem aqui está nesta Casa hoje, com a esperança de ver um sonho realizado. Deputado Xingu, eu não sou contra a PEC. Eu sou contra criar sonhos nas pessoas e depois transformá-los em pesadelo. Em 2012, eu não estava aqui, porque se eu estivesse eu teria o mesmo posicionamento. Em 2012 eu estava na CODESAIMA. Aprovaram uma PEC nesta Casa sobre a instabilidade dos servidores da CAER, da CODESAIMA e da CERR. A CERR já é do Governo Federal. E os servidores estão todos fora da CERR. A CAER ainda está com o Estado, e a CODESAIMA está lá, todos os dias fazendo greve, e os servidores em busca da sua efetividade. Lei que esta Casa aprovou. Repito o que eu disse. Sou a favor de Vossa Excelência ter apresentado essa proposição. O meu medo é que nós possamos mais uma vez criar castelos e destruir sonhos. Vossa Excelência tem razão e tem direito de fazer isso. Nós só não podemos fazer com que pessoas que já estão há mais de tantos anos esperando por uma oportunidade, tenham que ficar como estão os do Estado de Rondônia e de outros Estados por aí afora, sem conseguir chegar ao final daquilo que foi o grande sonho de sua vida. Não sou contra a PEC, sou contra a inconstitucionalidade. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** continua – Obrigado, pela intervenção, Deputado Zé Reinaldo. Meu nobre Deputado, aquilo que eu sempre venho falando, eu acredito fielmente que se pode fazer justiça social. Aqui no Poder Legislativo, o Deputado George Melo falou, com muita propriedade, que aqui têm 70 pessoas recebendo até hoje salários que não são pequenos. Isso não é uma inverdade. A verdade dói, mas tem momentos que ela tem que ser dita.

Concedo um aparte ao Deputado Jean Frank.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jean Frank** – Deputado Xingu, eu até fico meio preocupado quando Vossa Excelência fala que alguns aqui ganham muito. Eu tenho certeza que Vossa Excelência deve estar excluído desta sua colocação. Mas quero dizer que o senhor falou ainda há pouco da justiça social. Eu concordo com Vossa Excelência, mas nós não podemos usar este povo que está aqui buscando essa PEC para que amanhã essa PEC seja derrubada pela justiça. Então, eu gostaria que Vossa Excelência fosse mais criterioso em relação a esse projeto. Nós sabemos que estamos vivendo num processo político. Mas eu gostaria de ouvir também aqui a OAB, a Procuradoria do Estado de Roraima, para que a gente não volte a cometer os erros que já cometemos no passado. Não sou contra nem a favor da PEC, ainda. Mas eu não quero me aproveitar de um momento político, usar a tribuna e enganar os que estão aqui, achando que se aprovar na Assembleia amanhã vai ser sancionado ou que a justiça vai deixar passar. Era isso que eu queria falar para Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** continua. – Deputado Jean, primeiro, PEC não precisa ser sancionada. Vossa Excelência precisa estudar mais o Regimento. PEC é literalmente um instrumento do Poder Legislativo. Não cabe sanção governamental. Segundo, o Poder tem que fazer a sua parte. A nossa parte é política e nós não podemos fugir disso. Independente da época, o nosso instrumento é o instrumento político. O Padre e o Pastor estão na Igreja; o médico está no Hospital. E o político tem que fazer política! O político vive da política. O político que não faz política é um mau político. Independentemente de quem quer que seja nós estamos aqui pagos para fazer política. Essa é uma realidade. Agora, se a justiça vai derrubar, a deixem discutir. Nós não somos peru da sardia para morrer de véspera. Nós estamos tratando de uma matéria

política.

Concedo um aparte ao Deputado George Melo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Vossa Excelência colocou muito bem porque ao longo dos anos a gente tem visto o político abrir mão de sua decisão política e passar para Ministério Público a responsabilidade. O que a gente está vendo é, estes poderes querendo legislar; quem legisla é esta Casa. E Vossa Excelência tem razão quando fala que nós é que temos que tomar a decisão. Parabéns, Deputado Xingu.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** continua. – Obrigado, Deputado George Melo. Eu quero encerrar o meu discurso, dizendo o seguinte: Tenho fé, esperança, não vou abrir mão disso. O Poder Legislativo é independente, tem permissão para fazer qualquer discussão no âmbito da sociedade. Não cabe interferência de nenhum órgão. Vossa Excelência sabe disso, que é advogado, Deputado Marcelo Natanael. O Plenário é soberano. Nós não somos subordinados a nenhum órgão. Nós não somos subordinados, embora eu respeite o Doutor Jorge Fraxe, que é competente e honrado. Mas o Poder Legislativo não é subordinado a nenhum órgão e tem que fazer o seu papel como legítimo representante do Povo de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) - Convido para usar a Tribuna o Senhor Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Bom dia, senhor Presidente, senhoras e Senhores Deputados, imprensa, colaboradores da Casa, todos que aqui estão em busca de seus direitos e garantias constitucionais. Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, o assunto da PEC nº 004, PEC Xingu. Hoje estou falando em nome dos quatro Deputados de oposição desta Casa, acreditamos ser um dos assuntos mais debatidos e mais especulados do nosso Estado. E consideramos também, senhoras e senhores, um dos assuntos mais sérios, principalmente porque gera expectativas. É um sonho dos ex-servidores que se sentem injustiçados, que voltem a ter seus vínculos empregatícios com o Poder Público Estadual. E, aqui, nesta Casa e em outros órgãos da administração pública se fala muito na inconstitucionalidade, essa é a palavra, ou seja, uma matéria que seja aprovada em qualquer parlamento, que seja federal, estadual ou municipal que não tiver amparo da Constituição Brasileira será passível de nulidade pelo Supremo Tribunal Federal, só quem declara inconstitucionalidade é o Supremo Tribunal Federal. Vejam bem a nossa preocupação aqui. Eu gostaria que todos vocês, pais e mães de famílias, Senhoras e Senhores, Deputados e Deputadas que estão aqui nos ouvindo neste momento, raciocinem comigo sobre a Assembleia Legislativa que tem no seu quadro funcional, vários advogados, tem um corpo jurídico aqui nesta Casa, que pode muito bem fazer um Parecer, falando da possibilidade de arguição da inconstitucionalidade por parte do Governo do Estado se a PEC for aprovada nesta Casa. Portanto, nós temos como ter um norte. Nós temos como ter clareza quando da discussão e da votação, aqui nesta Casa, desta PEC, se ela pode ou não ser arguida sobre a inconstitucionalidade, e sei que o direito é amplo. Mas, a questão de inconstitucionalidade é clara na nossa Carta Magna, mas a Assembleia Legislativa tem a obrigação de dar clareza às Senhoras e Senhores Deputados sobre o que estão votando. Não é porque seja um parlamento político que se pode votar por votar. Temos que levar em consideração o Parecer Jurídico desta Casa. Nós temos também como pedir amparo à Procuradoria-Geral do Estado e, aqui, concordo com o Deputado Jânio Xingu, quando fala que o Procurador-Geral do Estado de maneira sorrateira está criticando os Deputados desta Casa, dizendo que essa PEC é uma medida eleitoreira que foi colocada neste Parlamento simplesmente para chamar a atenção daqueles que se sentem injustiçados. E dito também pela oposição que é um instrumento político que está sendo usado para pressionar o Governo do Estado, disso nós não abrimos mão, porque nós conhecemos esta Casa e seus bastidores. Não tem como dizer que não é, porque é. Não estou aqui para falar inverdade e sim verdades.

Seria de grande irresponsabilidade minha e dos demais Deputados chegar aqui e dizer contem com o apoio da oposição, essa PEC é constitucional e o Governo só não coloca no quadro se não quiser. Não é bem assim, porque um deputado de base como é o Deputado Xingu que apresentou a PEC colheu assinaturas, a minha está na PEC para ela tramitar aqui nesta Casa. O Deputado Jânio Xingu pertence a grupo político chamado de G7 do qual fazem parte oito Deputados. Se fosse passível de aprovação o enquadramento de todos esses servidores pelo Governo, ela já tinha sido votada. Por que não foi votada na quarta-feira da semana passada? Porque não tinham Deputados suficientes para votar, assim como na quinta-feira. E hoje, também não tem. Quero dizer para vocês que nós temos condições de ter a clareza jurídica sobre essa PEC aí sim, votar nesta casa e aprovar ou não. Mas, respeitando,

deputado Coronel Chagas, esses pais de famílias que aqui estão buscando esse amparo legal para poder ter direito de ter de volta seu vínculo empregatício.

A Procuradoria-Geral do Estado tem que ser chamada à atenção por esta Casa, no sentido de não intervir principalmente usando termos chulos para definir posicionamento de Deputados aqui nesta Casa. O nosso voto é livre, quem comando o nosso voto é o povo quando nos dá o direito de aqui estarmos falando em seu nome. Mas, quanto ao termo oposição, eu quero dizer que é um termo tão duro, meu amigo deputado Líder do Governo, José Reinaldo, que muitas vezes as pessoas pensam que é se opor a tudo e a todos, mas não é, não. A oposição é balizar as decisões do poder, estamos trazendo essa preocupação para esta Casa. Mas, aqui eu quero dizer que nós da oposição se essa emenda for constitucional, se não for para frustrar os sonhos desses milhares de pais de famílias a ter de volta o vínculo empregatício terá o nosso apoio e o nosso voto. E é com essa preocupação que será apresentado em Plenário no dia da votação dessa PEC. Mas eu duvido que seja hoje, uma emenda modificativa à PEC que diz o seguinte: Após votada e aprovada nesta Casa, mas o Governo está fora, porque ela não necessita de sanção governamental, ele está da sala para conzinha sem saber o que fazer com a tramitação desta PEC nesta Casa, porque se ela for aprovada só precisa ser promulgada pelo Presidente da Assembleia, Deputado Chico Guerra. Ele promulga e vira lei. A regulamentação é feita em 180 dias, se contarmos esse tempo, que se completará após as eleições, porém não aceitamos que seja depois das eleições. Se a PEC for constitucional, se temos o entendimento de votar a emenda, a regulamentação será em 120 dias, após a aprovação nesta Casa, todos vocês terão o direito efetivo e claro de voltar aos quadros do estado antes das eleições. Entretanto, se for depois das eleições, entra a Procuradoria-Geral junto com o Governo e diz que é inconstitucional e que vocês não podem fazer parte do quadro de funcionários públicos do Governo. Aí, sim, será a conotação verdadeira de uma medida eleitoreira, mas se ela for constitucional e for votada e aprovada e se o Governo disser que em 120 dias, como foi aprovado a PEC todos voltam a ter o vínculo, tem o nosso voto e o nosso apoio aqui nesta Casa. Portanto, a nossa preocupação é votar uma medida que seja inconstitucional, desperte o sonho de todos vocês e quando for depois das eleições esses sonhos sejam frustrados, nunca se tornem realidade. A preocupação da oposição neste momento é apoiá-los e apoiar também a emenda do Deputado Jânio Xingú, mas desde que essa Emenda Constitucional tenha clareza jurídica para ser votada, pois não se vota assim a toque de caixa sem ter pareceres jurídicos consubstanciados na nossa Constituição que vocês vão para casa dormir e dizer que daqui a 120 dias estarão nos quadros. Agora, é preciso que o impacto financeiro seja incluído no orçamento para que vocês possam receber em 2015, porque este ano não tem orçamento para pagar. Outra clareza que temos que ter, é inserir no orçamento de 2015, pois os valores necessários para pagar a folha de pagamento desse quadro em extinção serão votados Ester ano.

Concedo um aparte ao Deputado Zé Reinaldo, e logo após os Deputados Jânio Xingú, Jalsier Renier e Coronel Chagas.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Vossa Excelência traz uma discussão, transparente, preocupada como também deve ser a preocupação de todos. Preciso defender alguns questionamentos, discordar de Vossa Excelência respeitando as suas explicações no que tange à questão da Procuradoria que é um órgão auxiliar do Governo, a espinha dorsal jurídica e o Doutor Braga fez dentro de uma resposta de um encaminhamento da última reunião que foi realizada, e Vossa Excelência é membro da Comissão de Terras. E dentro desse posicionamento questionaram alguns pontos da Lei das Terras, ele envia para esta Casa a resposta e uma preocupação de que se nós aprovarmos essa PEC, ela sendo inconstitucional pode causar um prejuízo, inclusive, na ADIN que está tramitando no Supremo em relação à decisão da Lei de Terras. É uma explicação e da responsabilidade jurídica desse Procurador e de todo o colegiado. Nós temos a certeza de que não são atos que envolvam politicamente.

Segundo ponto, o Governador Chico Rodrigues reconhece a necessidade de seu povo, todos os outros governadores tiveram o seu ponto e governam à sua maneira. O Governador Chico Rodrigues quer governar diretamente para aqueles que mais precisam. Então, neste momento, ela ainda não está correndo da sala para conzinha e nem vai correr porque essa responsabilidade ainda está dentro desta Casa que tem que mostrar seu verdadeiro papel e responsabilidade na aprovação das leis. Mas, eu tenho certeza que, com as explicações, que Vossa Excelência traz, são de um grande líder de oposição. Não tenha dúvida que suas informações são precisas para que nós não possamos cometer erros, e evitar que no futuro as famílias venham olhar para nós e dizer:

“Que deputados são esses que escolhemos para nos representar”. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Obrigado, Deputado, conversei com o Senhor Braga que está se manifestando, não em nome da procuradoria, por isso a omissão do Governo em relação à PEC, ele está se manifestando como membro da Associação dos Procuradores do Estado. Então que se manifeste como Procurador Geral do Estado. Existe o instrumento jurídico chamado de Ação de Inconstitucionalidade prévia, ela pode ser arguida a inconstitucionalidade da PEC até mesmo antes da sua aprovação. Por que o estado não faz isso? Porque tem medo daqueles senhores e senhoras que possam dizer que o governo está contra eles. A vontade é tão grande da PEC não tramitar, mas não tem coragem.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Deputado Brito, o seu discurso embora salutar, eu discordo de algumas coisas que Vossa Excelência coloca e tenho certeza que essa PEC é para negociar com o Governo, da minha parte não é. Em todas as matérias que o Deputado **Xingú** se envolveu nesta Casa, ele foi até o final, você mesmo me elogiou uma vez dizendo que eu tinha coragem na questão dos delegados e dos agentes, e eu fui até o final. Na questão do porte de armas para os agentes penitenciários eu fui até o final. E com esta aqui não é diferente. Agora, é independente de eu ser da base ou não.

Eu quero dizer ao Senhor Deputado Zé Reinaldo que o Braguinha está falando para ele que essa PEC vai atrapalhar a questão das terras, isso não tem nada a ver a questão das terras, mas tem a ver com o Márcio Junqueira, e não com o Xingú. Esse procurador está com paranóia, o que tem a ver a PEC Xingú com terras? Até um louco vai entender que não tem, imaginem os Deputados. Agora, o cara vem subestimar a gente, isso não tem nada a ver, não vamos nessa onda. Terras são uma coisa, e PEC 004 é outra coisa.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – A única coisa que tem a ver com terras é um caminho de terras do Governo que está jogando na estrada neste momento. Concedo um aparte ao Deputado Jalsier Renier e depois ao Coronel Chagas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jalsier Renier** – Deputado Brito, estava ouvindo o discurso do deputado Xingú sobre a maneira que se posicionou desde o início, inclusive, já foi objeto de discussão nesta Casa, quando o deputado Sampaio inteligentemente levantou a vertente de que essa PEC seria uma PEC política para promover A ou B. Na verdade, eu acho que não se brinca com o povo, não se brinca com a população, não é interesse de nenhum Deputado que está nesta Casa brincar com esta PEC. Agora, Vossa Excelência ponderou alguns pontos que eu considero importante. Mas, todos os pontos que Vossa Excelência apresentou têm conserto, não há necessidade de frear e sim necessidade de consertar para que as coisas possam evoluir de maneira que a população e em particular essas pessoas sejam beneficiadas com este tratado. Primeiro, nós precisamos saber qual é o impacto financeiro e quantos servidores serão beneficiados com essa PEC, nós não temos que nos ater ao orçamento deste ano, e sim à Lei de Diretrizes Orçamentária que vamos votar este mês para que a Assembleia possa entrar de recesso. Nós já temos que fazer uma previsão orçamentária para a LDO com base no orçamento que vai gerar o impacto do ano que vem. E aí sim, seja qual for das circunstâncias, a PEC vai ser uma lei e os servidores vão ter a certeza de que eles serão enquadrados. Na questão da inconstitucionalidade, a consultoria jurídica do governo tem as ponderações, tem as suas preocupações, mas quando se trata de uma lei apresentada pela Assembleia Legislativa, cabe a qualquer instituição, presidente de partido, cidadão comum entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, enquanto o Supremo Tribunal Federal não se manifestar, está valendo a PEC 004 aprovada na Assembleia. Agora o que pode acontecer com isso tudo é que a Prefeitura Municipal tem um recurso chamado de FPM e tem o recurso que se manda para as prefeituras do interior. Na gestão de Iradilson Sampaio o valor de repasse do FPM que ele recebia era inexecutável a condição de administrar a cidade. Ele não tinha dinheiro para pagar a folha de pagamento, por exemplo, recebia mil reais, sendo que o FPM anterior era de quase três mil reais. Quando a Teresa assumiu a prefeitura entrou com uma liminar no Superior Tribunal de Justiça e essa liminar está valendo até hoje. Se é legal ou não, o Município está ganhando, ninguém se posicionou ainda, sabe-se ela que a qualquer momento voltará a receber aqueles minguados recursos que o ex-Prefeito recebia. Então, eu sou da filosofia de que temos que organizar a PEC. Deputado Xingú, se necessário for, vamos criar uma comissão com Vossa Excelência na presidência para que possamos levantar o número de servidores que serão alcançados, o impacto financeiro para estar dentro da Lei de Diretrizes Orçamentária, porque se não fizermos dessa maneira, o discurso não vai virar prática.

Eu tenho interesse, já me posicionei favorável à PEC, não vou mudar de idéia, não estou aqui fazendo nenhuma apologia ao governo, até porque faço parte da base aliada. Eu só tenho uma humilde posição por entender que pode ajudar muita gente. Acho que, através de requerimento, Vossa Excelência poderia encaminhar à Mesa agora, para que possamos fazer todos os levantamentos, e até foi uma opinião do deputado Joaquim, e contra fatos não há argumentos. Se nós temos o impacto financeiro, o montante que vai ser gasto, e se temos pessoas a serem alcançadas e se temos o volume certo de recursos que será recebido no ano que vem. Acho que todos os Deputados desta Casa não vão apresentar uma opinião ou antagônica ou divergente à posição que mantemos. Então, essa é a minha opinião. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Agradeço o aparte de Vossa Excelência que se somar à minha preocupação. A Ação Direta de Inconstitucionalidade tem que ser provocada, não tem que ser feita por ofício, ou seja, o Supremo Tribunal não pode dizer que lá em Roraima tem uma Lei, que eu estou sabendo pela internet e vou declarar a inconstitucionalidade. Tem que ser provocada e, quem tem interesse de fazer isso hoje é o Governo do Estado, através da Procuradoria Geral do Estado. Então, a Assembleia aprova, promulga, e o Governo não entra com ação de inconstitucionalidade e aí as coisas funcionam como devem funcionar. As pessoas voltam a ter o vínculo empregatício com o Estado. Essa é a preocupação, ninguém argui a inconstitucionalidade da lei. Concedo um aparte ao Deputado Coronel Chagas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Deputado Brito, esse é um tema polêmico para isso que existe o parlamento, onde aqui são expressas as opiniões, os pensamentos, as ideologias enfim. Eu vejo, às vezes, um companheiro alegar que esse ou aquele projeto é inconstitucional. E cada um tem o seu entendimento, alguém cita um precedente em outro Estado, ora o direito não é uma ciência exata como a matemática onde dois mais dois são quatro. O direito faz parte das ciências jurídicas, o que para um especialista, Deputado Zé Reinaldo, é constitucional na sua interpretação, para outro não é. E neste caso da PEC que surgiu da ideia do Deputado Xingú, nós procuramos trabalhar juntamente com a consultoria jurídica e a Superintendência Legislativa desta Casa, verificando em outros Estados, o que aconteceu, onde foi aprovado, se houve ADIN. O que ensejou a impetração dessas ADINs para que nós não cometêssemos os mesmos erros. Isso discutindo com o autor da PEC e com a Superintendência Legislativa, apresentamos um substitutivo para evitar isso. Se as medidas preventivas que tomamos irão impedir a ADIN, não sabemos, porque não é uma ciência exata. Mas, o fato é que não podemos deixar de votar, conforme as nossas convicções, simplesmente porque um ou outro achar que é inconstitucional. Eu quero dizer que nos autos consta um parecer jurídico pela constitucionalidade do Substitutivo da PEC, porque na PEC original declarava estável, e foi isso que ensejou ADINs em outros estados, não podemos nós, através de uma lei, declarar alguém estável, podemos tornar efetivos. Então, apenas para esclarecer isso, quero dizer que o nosso posicionamento é o mesmo que colocamos na relatoria consubstanciada pelo parecer da Consultoria Jurídica desta Casa, que é a quem devemos seguir, porque nos dá o norte do direito. A PROGE orienta o Poder Executivo e como Vossa Excelência falou pode até mover uma ADIN para tentar trancar a tramitação. Acho pouco provável que o judiciário vai interferir na seara do legislativo, já aconteceu mais é muito raro. Quero dizer que temos a mesma posição, entendemos que a PEC é viável e fará justiça a centenas de famílias roraimenses. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua- Concedo um aparte à Senhora Deputada Aurelina Medeiros.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros**- Deputado, quero me reportar só ao que foi colocado aqui, com relação ao adiamento da votação da PEC. Eu sei e acho que todos nós parlamentares temos a obrigação de saber que os poderes são autônomos, não existe ADIN sem objeto. A emenda tem que ser votada para poder suscitar uma ADIN, por enquanto não pode ter porque ela não foi votada ainda. Da mesma forma que não acredito na interferência de um poder em outro. Acredito que ninguém vai mandar parar, dizer que a Assembleia não tem que votar porque, se for assim, temos que acabar com o Poder Legislativo neste País. Então, eu gostaria de pedir, como o Deputado Jalsler, já que na terça-feira eu tive o mesmo posicionamento que ele está tendo hoje, de pedir que fosse analisada com mais profundidade, que esperássemos um pouco, que buscássemos estender o conhecimento sobre a matéria juntamente com os outros Deputados. Isso foi negado aqui, hoje está sendo defendido. Terça-feira, eu pedi isso, está gravado, está escrito na Ata, eu pedi um tempo, pedi que gente analisasse melhor, e não foi esse o entendimento de uma grande parte desta Casa. Acho que hoje essa polêmica está se estendendo muito e tomamos a providência juntamente

com o Presidente da Casa que hoje está presente aqui, para que a PEC viesse para Ordem do Dia e ela veio para Ordem do dia, mas não em regime de urgência. Aquela Sessão, no momento em que eu determinei, ela foi encerrada. Que a PEC permaneça de acordo com o Presidente, pois nós combinamos, e ela está na Ordem do Dia de hoje. A Assembleia, quando fez seus pareceres jurídicos, foi dito aqui, que cada Deputado vote, conforme seu entendimento. Pediria que a PEC fosse votada hoje.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua - Presidente, vou encerrar dizendo que nós da oposição, através da liderança, vamos apresentar agora se for para votação uma Emenda de Plenário para que a regulamentação seja no prazo de 120 dias, enfim, antes das eleições, e não após as eleições. É o nosso posicionamento, da bancada de oposição, e tenho certeza ser do sentimento de Vossa Excelência, Presidente Chico Guerra, e demais Deputados desta Casa. Enfim desejo de todos é a aprovação da PEC, como todos têm direito a voltar o vínculo, a nossa questão é votar pela legalidade e responsabilidade para que os sonhos desses pais e mães de famílias não sejam frustrados. Obrigado a todos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, meu cordial bom dia a todos os cidadãos presentes no Plenário, cumprimento todos os ex-servidores do Estado de Roraima, em nome do Presidente da Associação dos Civis, Patrik Nelson e toda sua Diretoria, desejo boas-vindas.

Conheço muitos dos senhores, trabalhamos um tempo junto, na polícia militar, sistema penitenciário e polícia civil. Os senhores sabem do meu compromisso. O Deputado Brito falou com bastante clareza o posicionamento e qual o voto da bancada de oposição com relação à PEC 004. Já foi bem discutida e ficou claro o posicionamento do governo, do G7, da oposição. Acredito que, se colocarmos na Ordem do Dia essa PEC, antes gostaria de reforçar o pedido de apoio para Emenda feita pela oposição para enquadramento dos servidores, seja aprovada antes do período eleitoral, antes das eleições, e as despesas financeiras se darão em 2015 com aprovação da LDO e LOA. Senhoras e Senhores Deputados, outro assunto, tão relevante quanto a PEC 04 para Roraima, é a questão fundiária do nosso Estado. Quero chamar atenção de todos os senhores aqui presentes, dos colegas parlamentares a respeito do caminho equivocado adotado pelo atual governo e seu grupo, quando se tratou das terras de Roraima, isso comete equívoco, atraso, não responsabilidade, e as consequências estão acontecendo. O Vereador Julinho, Presidente da Câmara de Caracará, aqui presente, está sendo ameaçado de morte em Caracará por grileiro de terra, por madeireiros irresponsáveis, mas quero separa o Joio do trigo: temos madeireiro que tira sua madeira dentro da lei, respeitando a questão ambiental; também temos aquele que burla a lei, esse que burla a lei desrespeita a nossa gente e está ameaçando os moradores da Vila do Itã. Deputado Jalsler, na última semana, sexta-feira, o Presidente dos moradores do assentamento do Itã foi covardemente violentado, espancado. Esse senhor, chamado Compadinho, nome carinhoso, ninguém recebe esse apelido à toa, uma pessoa de bem foi espancado por jagunço de um madeireiro, senhor de 65 anos de idade está internado no HGR, está com uma perna e um braço quebrados, precisa fazer duas cirurgias o quanto antes, além das escoriações e pancadas que pegou. É isso que queremos para Roraima? Transformar Roraima no Sul do Pará, onde as lideranças, vítimas de grileiros, jagunços, sendo espancados? É isso que queremos para Roraima? Uma terra pacata e, gente boa. Temos muitas terras para todos, infelizmente, isso é fruto da irresponsabilidade cometida no passado por gestores do ITERAIMA, com o aval do então governador José de Anchieta. Denunciamos nesta Casa o esquema de grilagem patrocinado pelo senhor José de Anchieta e pelo seu Márcio Junqueira. Foram colocadas nesta Casa, Deputado Zé Reinaldo, Vossa Excelência ainda não estava aqui, as 170 procurações de pessoas que nem aqui moravam, mas se apoderaram de terras, através de documentos falsos, inclusive com assinaturas do José de Anchieta, que na época foi à televisão dizer que era mentira. E os cartórios, através de certidões disseram que a assinatura era de sua Excelência, sim, governador. Nós sabemos que aconteceu. Está hoje entravado no setor produtivo de Roraima, do pequeno ao grande agronegócio em virtude dessas irresponsabilidades, e as consequências hoje são essas. Esses madeireiros que estão aqui podem apurar esse título de terras. Esse projeto de manejo ou de corte raso, que não tenha a devida procedência, não consegue comprovar uma cadeia dominial, essas documentações das terras. Deputado Jalsler, está aqui o Vereador Julinho, foi ameaçado, o jagunço colocou a mão na arma para atirar, só não atirou porque alguém o alertou que se tratava do Presidente da Câmara dos Vereadores. Recentemente foi ao Itã um grupo de liderança dos sem terras, da igreja e outras lideranças que estiveram juntamente com 10 vereadores, prefeito, e constataram no local o que está acontecendo, além de tirar as madeiras em suas áreas que estão sob suspeita. Quero

chamar atenção do IBAMA e da Femarh que estão invadindo as áreas de assentamentos, e nenhum assentamento passa mais de 60 hectares, e naquele momento o Compadinho juntamente com demais lideranças da região, simplesmente, queriam que os madeireiros não usassem a carreta Julieta porque a estrada não aguentava, as pontes não aguentavam. Interditou a estrada, e a policia foi lá e desinterditou. Fizem acordo e continuam tirando madeira transportando-a com carretas Julieta, que destroem a estrada e pontes, ameaçando as pessoas. Não podemos aceitar o que fizeram no sul do Pará, matando lideranças comunitárias e Presidente de associação. Não podemos permitir que isso aconteça em nosso Estado, está acontecendo pela inércia irresponsabilidade do Estado que hoje não tem condição moral e nem política de exigir posicionamento nenhum, porque foi avalista desse dano que causou ao Estado, e nós temos outras áreas de conflitos. Está aqui o companheiro Bezerra do PA Cajú, uma fazenda de 21 mil hectares de terras nas mãos de um camarada que tem 104 anos de idade. Ninguém sabe se ele está vivo ou morto e está querendo se apropriar daquela terra porque tem um documento de 1904. Nessa fazenda não cria um carneiro, uma cabeça de gado, simplesmente os donos que estão lá metendo cerca em cima dos lotes das pessoas que lá moram, inclusive com ameaças. Já houve conflitos e em breves haverá novamente. Não é muito diferente o que está acontecendo no PA Cojubim. Uma madeireira chamada Vale Verde, com documentos sem a devida cadeia dominial, sem registro nos cartórios de Boa Vista, está lá expulsando 98 famílias que foram assentadas pelo INCRA. Na comunidade dos Sonhos, em Mucajá, não é diferente, para o grande tem muitas terras, tem documentos, licença, pode expulsar, colocar cerca, bater de maneira covarde nas pessoas. Não podemos aceitar que isso aconteça no nosso Estado. E quero cobrar providências do Secretário de Segurança, que pare de fazer estardalhaços na televisão e faça segurança de fato. Pare de ser esse garoto propaganda que está sendo hoje. Estão aí nos jornais, viaturas sem combustível, os assaltos, os índices de criminalidade aumentando. Mas, na televisão está às mil maravilhas. Exijo do Secretário de Segurança que tome as providências, do Delegado de Caracará que identifique quem agrediu. Quem bateu num senhor de 65 anos, que não pesa 50 quilos, enquanto um estava batendo tinha outro com terçado, impedindo que as pessoas prestassem socorro. Ele foi levado para a delegacia e quando chegou lá quem estava lá defendendo os agressores eram os advogados dos madeireiros e não foi flagrantado. É isso que queremos para a nossa segurança? Não.

Deputado Xingu, Vossa Excelência como membro da comissão de Direitos Humanos desta Casa, vou encaminhar um relatório para que possamos abrir um procedimento para apurar o que houve de fato nessas agressões que estão ocorrendo contra nossas lideranças. Espero que esta Casa tome providências, pois já encaminhamos para a OAB, vamos encaminhar para o INCRA, MDA, para a Câmara Federal e para o Senado Federal o que está ocorrendo em Roraima. Hoje bateram, amanhã estarão matando. É isso que queremos para Roraima? Espero que esta Casa tome providências, que possa se redimir, quando esta Casa lavou as mãos e se negou a instalar CPI das Terras, quando colocou para debaixo do tapete todo o esquema de grilagem de terras feito pelo Márcio Junqueira e não quis apurar. Está rolando nas redes sociais um áudio onde está bem claro o Senhor Marcio Junqueira falando dos esquemas das terras de Roraima. Se alguém não tiver, eu tenho aqui no meu celular, me passaram. Senhores e Senhores, isso não podemos aceitar. Espero que esta Casa apure. Que o Secretário de Segurança apure de fato e responsabilize. Que possamos aprovar a lei das terras o quanto antes nesta Casa para ter uma política séria junto ao ITERAIMA, e ao governo do Estado para dar terras para quem mora aqui de fato, e não para quem foi apadrinhado pelo ex-governador Anchieta e pelo Senhor Marcio Junqueira, que desenvolveram um esquema de grilagem de terras. Cadê a Polícia Federal? O Ministério Público Federal para prender quem descaminha gasolina? A Polícia Federal está lá atuando prendendo, enquadrando o cidadão. Mas nas questões das terras de Roraima, fomos à Polícia Federal, levamos todas as documentações, provamos por “a mais b”, o quanto era grande o esquema de grilagem de terras, mas, bem que diziam que existiam forças ocultas em torno da Polícia Federal que iriam abafar essa investigação das terras. Cadê as autoridades? Vai ficar por isso mesmo o esquema de grilagem montado? Eu acredito que não, e espero que não. Confio na Polícia Federal, no MP Federal e espero que a polícia civil faça sua parte, que abra mão das influências políticas e apure, investigue o que houve no nosso Estado e, acima de tudo, sobre essas ameaças do PA Cajú, PA Cojubim, Comunidade dos Sonhos e outros conflitos de terras que estão ocorrendo no Estado. Mas diante de toda essa situação o governo simplesmente lavou as mãos. Deputado Xingu, eu defendo o pequeno agricultor de maneira veemente, o agronegócio e o bom madeireiro. Mas pilantragem, e uso de violência não tem o apoio

deste Deputado, e não terei medo de vir aqui denunciar e levar e dar continuidade a quem for cabível para tomar as devidas providências.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Vossa Excelência traz para discussão nesta Casa um assunto extremamente importante, como dizia um estudioso das questões da moradia humana: “Como podemos dizer que temos pátria se não temos direito a um metro quadrado dela”. O que estamos vendo hoje é que aquelas famílias, como o Senhor Bezerra e tantas outras que estão enfrentando os grileiros, situações que não foram promovidas. Para chegarmos a qualquer distância temos que dar o primeiro passo. E o primeiro passo foi dado por homens corajosos, mas temos companheiros e, às vezes, os nossos companheiros, auxiliares cometem erros que vamos responder por eles. Vossa Excelência está correto. Se houve erros quem os cometeu vai pagar por eles. Estamos falando da pessoa do ex-governador Anchieta que fez um trabalho imenso, o ex-governador Ottomar morreu tentando legislar as terras de Roraima. Hoje eu acho que ele deve se mexer dentro do caixão, se estiver no céu deve estar dizendo, meu Deus! Lutei tanto, mas até hoje vejo meu povo sofrendo dessa forma. Já no governo do Governador Chico Rodrigues, temos apenas 65 dias de governo, mas muita coisa já se adiantou. Vossa Excelência tem razão de cobrar, a oposição está fazendo o seu papel, mas temos que dar crédito, confiança. Em breve teremos o maior sistema de segurança. Se ele tiver que corrigir, vai corrigir, se precisar de aperfeiçoamento vamos fazer, e o Secretário de Segurança vai fazer o seu trabalho, com certeza é a vontade do Governador. São as críticas construtivas que irão fazer este governo crescer cada dia mais. Associe-me às suas preocupações, a ADIN da Lei das Terras está tramitando, se for julgado tudo que esta Casa fez vai por águas abaixo. Precisamos aprovar a Lei das Terras, precisamos aprovar leis com responsabilidade para não passarmos o que outros Poderes estão passando nas mãos do Supremo Tribunal de Justiça. Isso é o que me preocupa. Precisamos ter responsabilidade com as nossas ações. Obrigado.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua - Deputado Zé Reinaldo, obrigado pelo aparte. Sinto em Vossa Excelência a boa vontade de acertar, isso é importante. Agora discordo das reais intenções e a prática do Governador anterior, quando quebrou a saúde, educação, afundou o Estado com maior esquema de grilagem no Estado de Roraima, essa é a realidade, não podemos tapar o sol com a peneira, essa é a marca do ex-governador José de Anchieta. Infelizmente, isso aconteceu. Falta de alerta não foi, temos de agir daqui para frente para corrigir, ajustar. Agora, não sei se o atual grupo e o atual Governador têm as condições para fazer isso. Espero que tenham.

Senhor Presidente, gostaria de cobrar da Comissão de Direitos Humanos que tome as providências, vou entregar nas mãos da Comissão o Relatório e cobrar desta Casa providências que não podemos aceitar esse tipo de prática no Estado de Roraima, desrespeito a Câmara dos Vereadores, desrespeito as lideranças que estão sendo ameaçadas de morte, sendo espancadas, não podemos aceitar de forma alguma que Roraima se torne comparada à situação como a das décadas de 80 quando houve muitas mortes de camponês e lideranças naquela região. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais oradores para o Grande Expediente, passamos para Ordem do Dia: Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 034/2014 que “Fixa o índice de Revisão Geral Anual, exercício 2014, preceituada no art.37, inciso X, da CF/88 E art.20-C da Constituição Estadual, combinado com o art.1º da lei nº 769, de 05 de abril de 2010, para as remunerações, salários, subsídios, proventos e pensões dos servidores, civis e militares, ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo da administração pública estadual direta e indireta, e dá outras providências.”, de autoria governamental; Requerimento nº 052/14, requerendo a transformação da sessão ordinária, do dia 12 de junho de 2014, em Comissão Geral para prestar homenagem à Sociedade Bíblica do Brasil pelos seus 66 anos de fundação, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá; Requerimento nº 053/14, requerendo a transformação da Sessão Ordinária, do dia 18 de Junho de 2014, em Comissão Geral para realizar uma Audiência Pública para debater sobre a Emenda Constitucional nº 79, de 27 de maio de 2014, (antiga PEC 111), a qual prevê “a inclusão no quadro em extinção da administração federal de servidores e policiais militares admitidos pelos estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas”, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá; Proposta de Moção de Aplausos nº 017/2014 “À Sociedade Bíblica do Brasil pelo trabalho de assistência aos mais necessitados, utilizando a bíblia como um instrumento de transformação espiritual e social”, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá; Discussão e votação, em primeiro turno, do substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº004/2014 que “Acrece dispositivos normativos ao ato

das disposições constitucionais transitórias – ADCT da Constituição do Estado de Roraima.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões em conjunto possam emitir parecer ao Projeto de Lei nº 034/14.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Dou por reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura do Parecer do Projeto de Lei nº 034/14.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) – (Lido o Parecer).

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Em discussão a matéria.

Não havendo nenhum Deputado que queira discutir o Projeto de Lei nº 034/14, coloco-o em votação, em turno único, votando “sim” os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria e votando “não” estarão rejeitando.

Solicito ao técnico a abertura do painel eletrônico para votação.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, solicito de Vossa Excelência para que chame os Senhores Deputados para virem ao Plenário. Ao mesmo tempo, faço o encaminhamento da votação, como líder do governo, da matéria que está para ser votada, pedindo apoio dos Senhores Deputados, que votem sim, trata do aumento dos servidores. Então, se aprovado hoje, temos tempo para entrar na folha de maio, mês retroativo. É o presente que queremos que esta Casa dê aos servidores.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Convido os Senhores Deputados que se encontram na sala Vip, nos gabinetes, por favor, dirijam-se ao Plenário.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede Questão de Ordem - Gostaria de registrar a presença do Senhor Roberto Lopes, Presidente do Partido Social Democrata Cristão, aqui, no Estado de Roraima e Vice-Presidente do Partido no comando nacional, que recentemente foi convidado por Eymael, um dos grandes empresários do Estado de São Paulo, para ser Vice-Presidente da República na chapa de Eymael que estará aqui em Boa Vista no dia 08 de julho para lançar sua candidatura. Este partido tem como participante Deputado George Melo e Jalser Renier. Quero deixar registrado e dizer que para nós da região norte é uma satisfação, muito embora saibamos que não existe muita chance de Eymael ser Presidente da República pelas circunstâncias, mais não deixa de ser uma satisfação imensa ter o Presidente do PSDC e foi escolhido para ser o patrono da Região Norte.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Dou por aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 034/14, por quatorze votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Proposta de Moção de Aplausos nº 017/2014.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (**Jalser Renier**) – (Lida a Proposta de Moção de Aplausos nº 017/2014).

O Senhor Presidente Deputado (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão a matéria. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir a matéria. Coloco-a em Votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordarem, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção de Aplausos.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 052/2014.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (**Jalser Renier**) – (Lido o Requerimento nº 052/2014).

O Senhor Presidente Deputado (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão o Requerimento nº 052/2014. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir a matéria, submeto-a a votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordarem permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 052/2014.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 053/2014.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (**Jalser Renier**) – (Lido o Requerimento nº 053/2014).

O Senhor Presidente Deputado (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão o Requerimento nº 053/2014.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, gostaria de saber do Primeiro Secretário, quais as autoridades que irão discutir a PEC? Será toda a bancada? Será a CGU? A AGU? Pois o Requerimento está muito vago, gostaria de saber se no requerimento cita quais serão as autoridades que irão discutir a PEC. Porque se não

citar, gostaria que fosse convocada toda a bancada federal, Senadores e Deputados, haja vista que eles que votaram e acompanharam de perto a PEC 111. Como também gostaria de pedir que, além de todas essas autoridades, fossem convidadas as associações e sindicatos, a AGU e o Governo Federal para participar dessa grande discussão sobre um assunto que provoca uma grande polêmica no Estado de Roraima. Gera uma grande dúvida entre as pessoas e os servidores sobre quem vai entrar ou não na PEC. Se o intuito da audiência é discutir e esclarecer às pessoas, não vejo porque não convidar todas essas pessoas que podem sim dar grande contribuição à PEC, em especial a bancada de Senador e de Deputados Federais. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (**Chico Guerra**) – Diante do requerimento de Vossa Excelência e diante da grande dúvida que vem ocorrendo com relação a quem vai ser beneficiado ou não pela PEC 004/14, nós solicitamos à taquígrafia que inclua no Requerimento do Deputado Rodrigo Jucá a proposição do Deputado Sampaio.

Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordarem permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 053/2014.

Solicito ao Primeiro Secretário, Deputado Jalser Renier, para que faça a leitura de um Requerimento, assinado por vários Deputados, de autoria do Deputado Jânio Xingu, que tem a ver com a matéria ora em pauta.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (**Jalser Renier**) – (Lido o Requerimento)

O Senhor Presidente Deputado (**Chico Guerra**) – Coloco em discussão o Requerimento s/nº /2014.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Senhor Presidente, este requerimento, na verdade, é somente para a nomeação, por Vossa Excelência de uma Comissão de Deputados, com incumbência de recolher dados dessas pessoas que trabalharam. Depois ir até a Secretaria de Planejamento para ver o impacto financeiro que isso vai dar. Mas, pelo visto, hoje, não vai dar para votar essa matéria, por falta de número suficiente de Deputados no Plenário. Como vamos votar uma matéria que depende de dezesseis votos, tendo apenas dez Deputados em Plenário? Então, seria um projeto para arquivar a PEC, e isso nós não vamos fazer.

O Senhor Deputado **Marcelo Natanael** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, há número suficiente de Deputados para votação. No painel consta a presença de dezoito Deputados.

O Senhor Presidente Deputado (**Chico Guerra**) – O Requerimento do Deputado Xingu não é para verificação de quórum e sim para retirar de pauta a matéria ora discutida.

A Senhora Deputada **Aurelina** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, primeiro, não sei como se criaria uma Comissão Especial Externa, como o Deputado Xingu falou, acredito que seja uma Comissão Especial Interna. Segundo, como é que se vai analisar impacto financeiro se não sabemos de quantidade, vamos analisar em cima de quê? O Governo não tem condições de fazer um impacto financeiro se não tem o objeto desse impacto. É preciso saber quantas pessoas fazem parte da PEC, quantas serão pagas, para poder se fazer o impacto financeiro. Não vejo como. Acho que a PEC já se estendeu bastante, acho que tem quórum para a votação e acredito que ela deveria ser votada, pois acredito que esse impacto financeiro não tem como fazer. E isso só será uma forma de prorrogar mais ainda essa situação, pois não há como fazer o impacto financeiro, essa será a resposta que vamos ter.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, nós temos a opinião de votar a PEC até porque ela está na Ordem do Dia, verifico que tem quórum para votação. Agora, se vai passar ou não, cabe ao autor da PEC ou às lideranças de bloco pedir adiamento de votação, tirar da pauta. Mas, que ela está na Ordem do Dia isso está, e tem quórum para a votação sim. E também, não vejo o porquê desse requerimento, haja vista que concordo com a Deputada Aurelina quando diz que fica uma coisa um pouco vaga sabermos qual o impacto disso tudo. Acredito que cabe à equipe técnica do Governo comunicar à base governista com antecedência para dizer qual o tamanho do impacto financeiro que trará esta PEC e se vai ter ou não dinheiro para arcar com as despesas. Agora, para tirar da Ordem do Dia, só podemos através de um pedido de vistas, adiamento de votação e discussão ou algo desse tipo. Obrigado.

O Senhor Deputado **Jean Frank** – Senhor Presidente, é inadmissível não votar hoje, tendo em vista que temos registrado no painel, dezoito Deputados. Por isso, gostaria de pedir a Vossa Excelência que chamasse os Deputados que se encontram nos seus gabinetes para que possamos votar hoje a PEC.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente, gostaria também de discutir a matéria. Deputado Sampaio, a intenção do Deputado Xingu é fazer exatamente o que disse o Deputado Brito no início da sua fala na tribuna desta Casa. Se nós votarmos essa PEC agora, o que vai acontecer é que, como vejo nos olhos de muitos, ela não será aprovada e nós não vamos ter absolutamente nenhum dado dessa PEC, para saber quantos servidores serão atingidos, qual o valor do impacto que causará no orçamento do ano que vem. Então, a medida do Deputado Xingú, o Requerimento é preventivo e a Comissão Externa não é somente para os Deputados desta Casa, é para chamar também o Secretário de Planejamento, o representante da PROGE, e outras instituições que forem necessárias para que, de comum acordo, encontremos uma alternativa, se viável ou não. Vamos ter a opinião da equipe técnica do governo e vamos ter a opinião política desta Casa juntamente com a assessoria jurídica deste Poder. É exatamente isso, porque se votarmos essa PEC agora, a boa intenção do Deputado Xingú será naufragada dentro deste Plenário e, por isso, existem alguns Deputados que querem que ela seja votada hoje. Então, na minha avaliação, a proposta do Deputado Joaquim, que seria fazer um cadastramento com uma equipe técnica eficiente, de maneira responsável para que a gente possa saber quem são as pessoas envolvidas neste contexto, quem serão as pessoas beneficiadas e aí sim, responsabilmente a PEC volta com musculatura e a gente volta a discutir dentro da Assembleia Legislativa. Esta é minha opinião.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, semana passada falei sobre o problema do impacto financeiro da PEC. E, hoje, já se avista, através da mídia local, que vários órgãos estão se movimentando no sentido de, se nós aprovarmos hoje, amanhã, eles entrarão com uma ação na justiça contra a PEC que pode morrer em uma ação judicial. O que vejo Senhor Presidente, é que a Lei Orçamentária do Estado deve estar entrando agora no final de junho, início de julho. A LDO está entrando e se fizermos um cadastro como foi feito aqui, quando aprovaram a PEC lá em Brasília, o Parlamento tinha, mais ou menos uma noção de quanto seria o impacto financeiro para o Governo Federal. E o que o Procurador está colocando sobre o Estado para a opinião pública é que não temos o impacto financeiro e não temos competência por não ter noção desse impacto. O que precisamos é envolver a área de planejamento do Governo e a Secretaria de Administração. Não custa nada à Assembleia usar o Plenário, pegar uns dez funcionários e começar a fazer esse cadastro para que tenhamos esse impacto financeiro, para que a gente saiba o que estamos fazendo, porque se votarmos hoje pode até ser aprovada. Até acredito que possamos votar, mas, se votarmos, o Procurador já falou que entrará na justiça e derrubará a PEC no Primeiro Turno.

O Senhor Presidente Deputado (**Chico Guerra**) – Deputado Joaquim Ruiz, essa idéia de abrir o Plenário é correta, pois esta Casa sempre esteve aberta, o problema é que não temos dados suficientes para calcular o salário de cada um, se alguém tiver que fazer isso terá que ser na secretaria de administração, porque lá sim existem todas as informações dessas pessoas.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, eu vejo que o Requerimento do autor da PEC é importante para gente ter uma ideia da dimensão do impacto. Então, acho favorável. Agora, a gente ver colegas que na semana passada não queriam votar de maneira nenhuma a PEC, hoje estão favoráveis, porque nós temos 18 Deputados aqui, e se tivermos apenas 4 votando contra a PEC, porque ela tem que ter 15 votos favoráveis. Alguns companheiros já fizeram seu posicionamento, então não teremos 15 votos favoráveis. Se a votação acontecer hoje, com a análise desse cenário pode acontecer, como pensamos o que seria para não deixar essa PEC morrer. Que se faça esse levantamento, porque de repente alguns colegas vêm mudar de posição depois que perceberem que o impacto não é aquilo que está se propagando por aí, que se coloque para votar essa PEC com os 24 Deputados presentes no Plenário.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, observando atentamente, por mim, votaria a PEC hoje, já que tem quórum. A proposta dos defensores da PEC foi votar o mais rápido possível, mas como o próprio autor entrou com Requerimento e, ao entrar com esse Requerimento, admitiu que tivesse apresentado uma PEC sem o necessário embasamento para tornar o projeto bem mais consistente, mais musculatura, como disse o Deputado Jalser, para tramitar nesse Plenário. No meu entendimento, diante dessa situação só uma saída seria válida, que o próprio autor retirasse de pauta o projeto para reavaliá-la sua proposição, buscando subsídios no que for possível.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** pede Questão de Ordem -

Senhor Presidente, na mesma linha que o Deputado Erci falou, quero pedir a Vossa Excelência que adie essa votação. Como o Deputado Chagas falou, não temos quórum para votação desta PEC. E se isso acontecer, nós vamos matar o sonho de todas as pessoas que estão aqui agora. Portanto, o Requerimento é para que possamos fazer uma articulação junto ao governo do Estado para chegar num impacto financeiro. Aí sim, quando estivermos com os 24 Deputados e tivermos um consenso no momento oportuno, nós colocaremos a PEC e aprovaremos em primeiro turno para não cometermos esse ato de covardia com tanto país de famílias.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Gostaria de fazer uma consulta ao apoio legislativo sobre a questão do pedido de adiamento de discussão, sobre qual momento em que ele poderia ser feito e, também, dizer que agora têm dois pedidos, um Requerimento e outro verbal por parte do autor. Queria ter uma bola de cristal para descobrir hoje o que está acontecendo por trás dessa PEC. Na semana passada fui jogado contra toda a população que aqui se encontra dizendo que eu era contra a PEC, eu afirmei, hoje Deus me iluminou para dizer isso, porque foi ratificado por todos os Deputados, que essa matéria, que agora apresenta um Requerimento, não estava pronta para ser votada. Pois se fosse votada naquele momento, como é que não estaria hoje? Hoje não pode, hoje tem um Requerimento que não pode. Naquele dia houve embate entre os colegas, de uma forma até além dos limites, para poder impedir ou poder avançar para que naquele momento fosse votada essa PEC. Aí eu pergunto Senhor Presidente, se a balança da justiça tem dois pesos e duas medidas? Pois, ela só se encontra dentro da sua razoabilidade quando ela está dentro do ponto de equilíbrio, não pode ter dois pesos e duas medidas para a mesma situação. Então, hoje, não é porque não tem quórum, não é porque não tem Deputado. Porque nós temos 18 Deputados, e precisamos de 15 votos e, justamente, no dia em que pode se aprovar esta PEC se faz uma situação para que esses pais de famílias que estão sendo usados... Eu não tenho dúvidas disso. A PEC tem a sua razoabilidade, mas que muitos aqui querem bater palmas para um projeto futuro, não de um sonho, mas de um pesadelo. Esta demonstração clara que hoje todos os Deputados deram é porque, realmente, o erro ia ser cometido mais uma vez e, agora, por conta da votação que já está tudo pronto, parecer pronto. Inclusive um parecer favorável da Consultoria Jurídica, não se vota a PEC com a desculpa que não há quórum. Não é isso, há um pano de fundo por trás de tudo isso. Não há negócio de levantamento de servidores, porque isso se faz depois que se aprova, é o que está fazendo a SEGAD com a PEC 111, onde as pessoas estão indo apresentar seus documentos dentro da normativa do governo federal, para que eles possam ser recontraçados, ou vamos jogar como jogou o Estado de Rondônia, que aprovou uma PEC e até hoje só 50 famílias ou 50 pessoas foram chamadas para a recondução ao quadro da União. Então Presidente, quero deixar, de fato e de direito, a minha satisfação de dizer que o que eu disse há dias foi ratificado por todos os Deputados de que, realmente, não havia o momento apropriado nenhuma lei apropriada, inconstitucional e querendo levá-la a julgamento político, a embates de outros órgãos fora deste Poder, e a desmoralização deste Poder que continua cometendo atos errados, aprovando leis erradas que, muitas vezes, os Deputados aprovam sem saber o que estão fazendo.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede uma Questão de Ordem – O Requerimento, que o Deputado Xingú apresentou, foi criando uma Comissão Externa para analisar a PEC. Esse Requerimento tem por obrigação ser votado no Plenário, por ter a maioria de votos dos Deputados, a não ser que o Presidente indefira. O Adiamento de discussão consta no artigo 224. Qualquer Deputado tem o direito de pedir o adiamento de discussão e o adiamento de votação quando a matéria estiver em pauta, é o 238. E qualquer Deputado também tem o direito de pedir. Eu entendo que a razão que o Deputado Xingú apresentou, ele identificou o erro que qualquer um de nós pode cometer e ele, simplesmente, está dizendo: Eu vou recuar para, na frente, avançar, porque, realmente, aprovar uma PEC sem nenhum fundamento técnico, sem nenhuma razão técnica, realmente, é dizer que vamos sofrer um ato de inconstitucionalidade imediato, e vai cair por terra aquilo que a gente poderia colocar por cima. Não existe por parte de nenhum Deputado aqui, devo dizer nenhuma escuridão, nenhum ato obscuro, absolutamente nada, o que existe, na verdade, é a intenção de, com responsabilidade, levar esse projeto para frente.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** pede uma Questão de Ordem – Deputado Jalser, quando se toca agora com a questão dos artigos do nosso Regimento Interno, agradeço até a Vossa Excelência, porque você me faz ficar fixado a cada dia. Mas eu tive a oportunidade, nesta semana, de ter lido o Regimento para não ser mais surpreendido de forma errônea. Temos no Poder Legislativo uma equipe preparada para

orientar a todos os Senhores Deputados. Quero dizer a Vossa Excelência que o que está dizendo, só me traz felicidade. Há um ditado popular do Nordeste: Conselho e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. Eu disse isso em outras palavras naquele momento. Não vamos votar da forma errada para não transformarmos sonhos em pesadelos. Hoje esta Casa está confirmando isso, mas eu fui jogado contra as pessoas apesar de ter dito que não, apesar de ter dito que eu era a favor da constitucionalidade, da legalidade, de respeitar as pessoas. Eu já tenho 56 anos e isso é o que me permite dizer. Muito obrigado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede uma Questão de Ordem – Se formos levar em conta o Regimento, Deputado, que está aqui atrás de Vossa Excelência, Presidente, as pessoas com o Regimento nas mãos, o pedido de adiamento de votação ou qualquer coisa se faz no ato do anúncio da Ordem do Dia, da matéria, mas, a gente releva tantas coisas aqui com relação ao Regimento Interno. E eu só queria dizer, Presidente, do meu ato de felicidade, porque quem foi jogada às traças aqui quarta-feira, Zé Reinaldo, fui eu. Quando eu pedi, exatamente, o que os meus colegas estão pedindo hoje, isso me deixa muito feliz.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, todos os Requerimentos são pertinentes, mas regimentalmente, só Vossa Excelência, ouvindo o Plenário, é que pode decidir. O Plenário é soberano. Eu queria requerer a Vossa Excelência que fosse, após, ouvido o Plenário, deixasse as outras discussões paralelas, só isso, Presidente.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, também estou feliz por ver tantos Deputados felizes nesta Casa hoje, é muita felicidade junta. Espero que todos nós possamos fazer a felicidade destes pais e mães de família que estão aqui hoje. Senhor Presidente, desde que a PEC deu entrada nesta Casa, eu venho levantando esse questionamento para que ela possa ser realmente, estudada de maneira profunda. Hoje eu disse da Tribuna desta Casa que não seria votada hoje. O Pedido do Deputado Xingú deveria ser pela retirada, não pelo adiamento de discussão ou retirada de pauta, mas retirada da Ordem do Dia para que entre na Ordem do Dia de amanhã. O estudo que Vossa excelência pretende fazer em Comissão requer tempo e requer também, a diplomacia política desta Casa com outros órgãos do Governo, inclusive com a Procuradoria-Geral do Estado, e uma conversa com o Ministério Público. Essa PEC só deve ser votada de maneira alinhada com essas outras instituições, para que não haja a possibilidade que seja arguida sobre a sua inconstitucionalidade. O Deputado Zé Reinaldo também disse algo que me deixou feliz: Por que não é votada a PEC se a base do Governo é a favor? Só gostaria que ficasse essa reflexão. Se está aqui o Grupo G7 que propôs a PEC pronta para votar, a oposição também vota a favor, ou os demais votam a favor ou contra? Qual é a dúvida? Por que não votam hoje? Eu quero me referir ao pano de fundo que existe na apresentação desta PEC, e essa clareza é o que a oposição tem trazido a esta Casa.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Foi feito um Requerimento na sexta-feira, na Sessão passada, o Requerimento que o Deputado apresenta é a constituição de Comissão Temporária, e depois o mesmo Deputado, autor da matéria, através do requerimento verbal, pede, pura e simplesmente, a retirada da matéria de pauta. Eu queria dizer que, com a entrada dessa matéria em pauta, a pauta fica trancada até que a PEC volte a ser discutida e votada neste Plenário. É de competência do Presidente, criar, manter, determinar e dar prazo. Nós vamos dar um prazo de cinco Sessões, porém, eu acredito que pode dar 10, 20, que não vai resolver, não vai se chegar nunca a um número. Dou o prazo de cinco Sessões para que seja resolvida essa polêmica que se criou, e aí nós iremos votá-la na quinta Sessão. Quero dizer a Vossas Excelências que não vamos aceitar mais nenhum Requerimento, a não ser para colocar em pauta na quinta Sessão seguida, que virão, para que possam ser apreciadas e aprovadas ou não, para acabar com a angústia das pessoas que estão a cada dia querendo resolver essa situação.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** pede uma Questão de Ordem – Presidente, saiba que já tem o meu voto contra a posição de Vossa Excelência em adiar por cinco Sessões. Pois em cinco sessões pode haver falta de quórum e aí passa para outra Sessão. Mas, eu concordo que, se é para discutir, esse tempo não dá para fazer esse levantamento que será necessário, ou então, deixem em aberto o tempo que for necessário para se fazer todo o levantamento desses servidores.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Quero dizer para Vossa Excelência que é matéria preclusa.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede uma Questão de

Ordem. – Já que é matéria preclusa, eu nem vou dizer que a Assembleia não pode fazer isso porque é competência do Executivo. A Assembleia não pode chamar para cá um cadastramento para decidir uma matéria de competência do executivo. Mas eu queria dizer, Presidente, que louvo a sua posição que deixa claro para todos da plateia que o Requerimento, daquele dia, aprovado em regime de urgência, não foi válido. Caso fosse, não poderia ser retirado de pauta e nem concedido vistas. Então, que seja dada a palavra ao Presidente.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Queremos comunicar aos Deputados que não caberá mais nenhum Requerimento, o Presidente não aceitará mais nenhum Requerimento.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia desta Sessão, passamos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** - Senhor Presidente, eu dei entrada a uma indicação para o Governo do Estado estudar ainda este ano. O auxílio-alimentação para os agentes penitenciários do Estado de Roraima, que são equiparados à Polícia Civil.

O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** – Senhor Presidente, em nome do Governo, Deputado Chico Guerra, como líder do Governo desta Casa, Vossa Excelência tem me dado toda uma assessoria e apoio. Mas, vejo aqui o andamento dos trabalhos com coerência e equilíbrio, tendo Vossa Excelência no comando que traz aquilo que eu queria que tivesse acontecido na Sessão anterior, para evitar o desgaste que houve entre os colegas membros deste parlamento. Então, quero cumprimentar a todos os servidores e dizer que não sou contra a PEC, sou contra a inconstitucionalidade e os erros que prejudicariam as famílias que ali estão.

O Senhor Presidente (**Chico Guerra**) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 11 de junho, à hora regimental.

Estiveram presentes no Plenário, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, George Melo, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Ata Sucinta Aprovada em: 11/06/2014

ATAS COMISSÕES

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA, CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 022/14, REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2014, PARA ELEIÇÃO DE PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E RELATOR.

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e quatorze, às oito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões, autos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Parlamentar, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se a Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução n.º 022/14, composta pelos Senhores Parlamentares: **Angela Águida Portela, Chicão da Silveira, Erci de Moraes, Ionilson Sampaio e Mecias de Jesus.** Assumiu a Presidência dos trabalhos o Senhor Deputado **Erci de Moraes** nos termos do Regimento Interno desta Casa. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e registrou a ausência do senhor Deputado **Mecias de Jesus.** Em seguida anunciou, conforme acordo de lideranças, os nomes dos candidatos aos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator. Iniciado o processo de votação e feita a chamada, votaram os Deputados: **Angela Águida Portela, Chicão da Silveira, Erci de Moraes e Ionilson Sampaio.** Encerrado o processo de votação, o Senhor Presidente proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados: Para Presidente, o Deputado **Erci de Moraes;** para Vice-Presidente, Deputado **Ionilson Sampaio** e para Relator, Deputado **Chicão da Silveira.** Logo após a eleição, o Senhor Presidente eleito, Deputado **Erci de Moraes,** estando com a palavra, agradeceu a todos pela escolha do seu nome, determinou o encaminhamento da proposição para a emissão de Parecer Jurídico e informou a Comissão que convocará reunião, logo que necessário. **ENCERRAMENTO:** Às nove horas, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Débora Navarro de Sousa, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Deputado Erci de Moraes

Presidente da Comissão

Aprovada em: 03/07/2014